

GOVERNO

Lula quer Mantega na Eletrobras

Indicação derruba as ações da empresa — queda de 1,49%. Presidente tinha tentado emplacar ex-ministro na Vale

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega para assumir uma cadeira no Conselho Fiscal da Eletrobras. A decisão foi tomada depois de o governo firmar, na quarta-feira, um acordo para aumentar a participação da União na gestão da empresa. Além de Mantega, outros três nomes foram indicados para o Conselho de Administração: Nelson Hubner, Silas Rondeau e Maurício Tolmasquim — todos ex-ministros das Minas e Energia no governo Lula II.

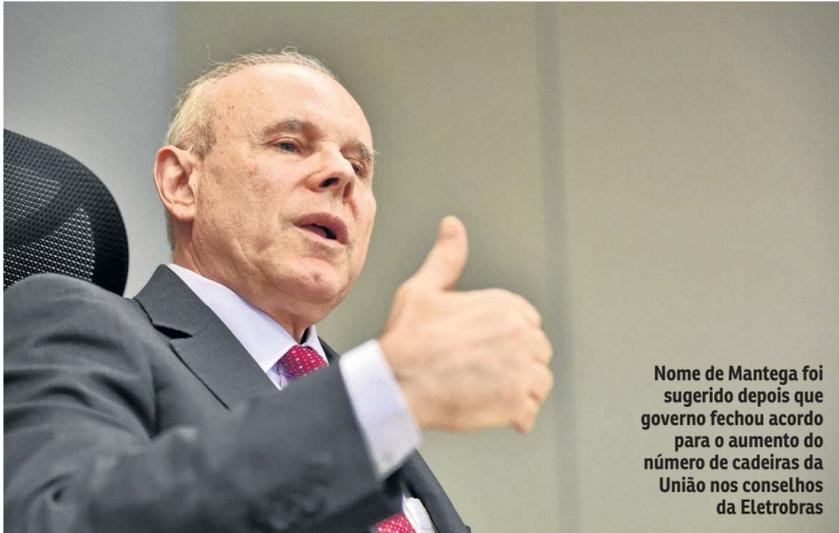
A reunião de acionistas para discutir o acordo está marcada para 29 de abril. As mudanças na empresa eram esperadas pelo mercado, mas a indicação de Mantega teve influência negativa no valor da companhia ontem. As ações fecharam o dia com uma queda de 1,49%.

Mantega é aliado do presidente e foi ministro da Fazenda, ministro do Planejamento e Orçamento e presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos governos Lula I e II e no primeiro de Dilma Rousseff. Foi o titular da Fazenda mais longo no cargo, atuando entre 2006 e 2015.

Lula vinha tentando incluir Mantega em algum cargo ligado à administração pública. No ano passado, cogitou colocá-lo como presidente-executivo da mineradora Vale ou, ao menos, ao conselho de administração da empresa. Porém, o ex-ministro teve resistência dos acionistas, e o presidente desistiu da indicação.

Mantega foi alvo da Operação Lava-Jato e chegou a ser preso,

Breno Fortes/CB/D.A Press



Nome de Mantega foi sugerido depois que governo fechou acordo para o aumento do número de cadeiras da União nos conselhos da Eletrobras

temporariamente, em 2016. A prisão foi criticada à época, uma vez que ele foi detido pela Polícia Federal (PF) quando acompanhava a mulher no hospital para uma cirurgia. O pedido foi revogado poucas horas depois pelo então juiz Sergio Moro.

O ex-ministro era suspeito de ser um dos beneficiários de um esquema de pagamento de propinas, mas os processos contra ele foram anulados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019. Também foi alvo de uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), em 2016, que o proibiu de ocupar cargos públicos pela participação nas "pedaladas fiscais" do governo Dilma, que só foi anulada pela Justiça em 2023. Essa maquiagem nas contas do governo foi um dos argumentos para o impeachment da presidente.

A decisão de colocar o ex-ministro na Eletrobras ocorreu depois do acordo que ampliou de uma para três as cadeiras do governo no Conselho de Administração da empresa, e para um assento no Conselho Fiscal. A Advocacia-Geral da União (AGU) contestou, no STF, a regra da companhia que limita o poder decisório de qualquer acionista a 10%, já que a União detém cerca de 40% das ações da Eletrobras.

Ratificação

O aumento da participação da União na gestão da empresa vem desde a privatização, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. No acordo, que ainda precisa ser ratificado pelos demais acionistas da Eletrobras

pelo STF, as duas partes concordaram em manter o limite para o poder decisório, mas aceitam ampliar a participação federal nos conselhos.

Apesar da maior quantidade de assentos, o governo continua sendo minoria nos conselhos, e com poder decisório limitado a 10%, já que a regra não foi alterada no acordo.

Mantega não ocupa cargo público atualmente. Já Maurício Tolmasquim é diretor de Transição Energética e Sustentabilidade da Petrobras, e se comprometeu a deixar o cargo caso seja aceito para a Eletrobras. Silas Rondeau é presidente da estatal Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar), e também deve deixar o cargo. Nelson Hubner é conselheiro da ENBPar.

Palocci: STF anula tudo

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou ontem para manter a decisão dele que anulou todas as provas e processos contra o ex-ministro Antônio Palocci (governos Lula e Dilma) na Operação Lava-Jato. Um recurso da Procuradoria-Geral da República (PGR) para tentar reverter a anulação dos processos começou a ser julgado no plenário virtual da Segunda Turma do STF. A votação fica aberta até 4 de abril.

Em fevereiro, Toffoli decretou a "nulidade absoluta de todos os atos praticados" contra o ex-ministro nas investigações e ações da Lava-Jato, inclusive na fase pré-processual. O ministro estendeu a Palocci decisões que beneficiaram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os empresários Marcelo Odebrecht, Raul Schmidt Felipe Júnior e Léo Pinheiro, e o ex-governador do Paraná Beto Richa.

Em sua decisão, Toffoli afirmou que o ex-juiz Sérgio Moro e os procuradores da força-tarefa da Lava-Jato, em Curitiba, agiram em "conluio" para "inviabilizar o exercício do contraditório e da ampla defesa" por Palocci.

A decisão teve como base diálogos hackeados dos celulares de

Moro e dos procuradores, obtidos na Operação Spoofing, que prendeu os responsáveis pelo ataque cibernético. Réu confesso, Palocci fechou acordo de colaboração premiada e delatou propinas de R\$ 333,59 milhões supostamente arrecadadas e repassadas por empresas, bancos e indústrias a políticos e diferentes partidos nos governos Lula I e II e Dilma I.

Ao entrar com recurso, o procurador-geral Paulo Gonet defendeu que as provas contra o ex-ministro foram obtidas "a partir de múltiplas fontes e em diferentes instâncias". E que não encontram "suporte probatório, configurando mero inconformismo com o regular prosseguimento da persecução penal".

Como relator, Toffoli abriu os votos. Ele justificou que a situação do ex-ministro é semelhante à de Lula. "Não há dúvida de que o conluio objeto dos autos não se dirigia exclusivamente ao presidente Lula. (...) Os fundamentos que conduziram ao reconhecimento do conluio (...) transcendem para as demais persecuções penais que (Palocci) sofreu perante o mesmo órgão jurisdicional e no mesmo contexto da Operação Lava-Jato", frisou.

A decisão não afeta o acordo de delação, que continua válido, segundo Toffoli. A multa imposta a Palocci na colaboração foi de R\$ 37,5 milhões.



Não há dúvida de que o conluio objeto dos autos não se dirigia exclusivamente ao presidente Lula"

Trecho da decisão do ministro Dias Toffoli, que anulou as provas e processos da Lava-Jato contra Antônio Palocci

50 ANOS DE

CONFIANÇA



2 E 3 QUARTOS EM ÁGUAS CLARAS

Oceania Residence
Rua Copaíba
EM CONSTRUÇÃO
73% concluída

2 E 3 Quartos
62 a 84 m²
Até 2 vagas de garagem

Entrega em:
Maio/25 (blocos C e D)
Agosto/25 (blocos A e B)

LAZER COMPLETO

EMPRESA TENDIDA A
ADEMÉS



ACESSE E
SAIBA MAIS

3326.2222
www.paulooctavio.com.br

CORRETORES DE
PLANTÃO NO LOCAL
ÁGUAS CLARAS
Rua 33 Sul Lote 7

VISITE NOSSAS CENTRAIS DE VENDAS

208/209 NORTE
Eixinho, ao lado do McDonald's

NOROESTE
CLNW 2/3

GUARÁ II
QI 23 Lote 5

SMAS
Trecho 3, Lote 7

50
Paulo Octavio
1975 | 2025